



ISSN 2238-118X

# ***CADERNOS CEPEC***

***V. 2 N. 8 Agosto de 2013***

**ESPAÇO AGRÁRIO E TENDÊNCIAS DO CAMPO NO BRASIL**

**Indira Rocha Marques**

**Gilberto Marques**

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**



# **CADERNOS CEPEC**

**Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará**

**Periodicidade Mensal – Volume 2 – N° 8 – Agosto de 2013**

**Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy**

**Vice Reitor: Horácio Shneider**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho**

**Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**

**Diretor: Marcelo Bentes Diniz**

**Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa**

**Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Rivero**

## **Editores**

**José Raimundo Barreto Trindade**

**Sérgio Rivero**

## **Conselho Editorial**

**Armando Souza**

**Marcelo Diniz**

**David Carvalho**

**Raimundo Cota**

**Francisco Costa**

**José Nilo**

**José Trindade**

**Danilo Fernandes**

**Gilberto Marques**

**Sérgio Rivero**

**Gisalda Filgueiras**

**Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao**

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:**

**[jrtrindade@uol.com.br](mailto:jrtrindade@uol.com.br)**

**Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>**

## **Cadernos CEPEC**

### ***Missão e Política Editorial***

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

### ***Instruções para submissão de trabalhos***

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract

## **Sumário**

Introdução .....	6
1. Espaço agrário e industrialização brasileira .....	6
2. Estrutura agrária e modernização da agricultura.....	10
3. Tendências do campo brasileiro.....	22
Considerações finais.....	27
Referências bibliográficas.....	27

# ESPAÇO AGRÁRIO E TENDÊNCIAS DO CAMPO NO BRASIL

Indira Rocha Marques<sup>1</sup>

Gilberto Marques<sup>2</sup>

## Resumo:

Desde a segunda metade do século XX ocorreu a modernização da agricultura brasileira (elevando a produtividade) e o montante de capital investido. Mas a propriedade da terra manteve-se concentrada, gerando conflitos diversos. No início do século XXI a agricultura brasileira apresenta inúmeras tendências, entre as quais a intensificação da incorporação tecnológica e de capital. Infelizmente, permanecem velhas e surgem novas contradições.

## RESUMEN:

Desde la segunda mitad del siglo XX fue la modernización de la agricultura brasileña (aumento de la productividad) y el monto de capital invertido. Pero seguía siendo propiedad de la tierra concentrada, creando muchos conflictos. A principios del siglo XXI la agricultura brasileña tiene muchas tendencias, incluido el aumento de la incorporación de la tecnología y el capital. Por desgracia, siguen siendo viejo y surgen nuevas contradicciones.

Palavras-chaves: Modernização da agricultura, conflitos, tendências.

Palabras clave: modernización de la agricultura, conflictos, tendencias.

---

<sup>1</sup> Professora vinculada a Secretaria de Educação do Amapá (SEED-AP), e-mail: [indirarocha@ig.com.br](mailto:indirarocha@ig.com.br).

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Economia e do PPGE/UFGA, e-mail: [gilsmarques@bol.com.br](mailto:gilsmarques@bol.com.br).

## **INTRODUÇÃO**

O Objetivo deste trabalho é analisar o processo de modernização da agricultura brasileira e as contradições que o acompanharam, assim como apontar as principais tendências que identificamos permanecerem nestas primeiras décadas do século XXI. O ponto de partida é a discussão da industrialização nacional e sua relação com o espaço agrário. A seção seguinte aborda a estrutura agrária brasileira e modernização do campo. Finalmente, levantamos as tendências em curso que estamos observando. Não temos a pretensão de apresentar esta discussão como acabada, ao contrário.

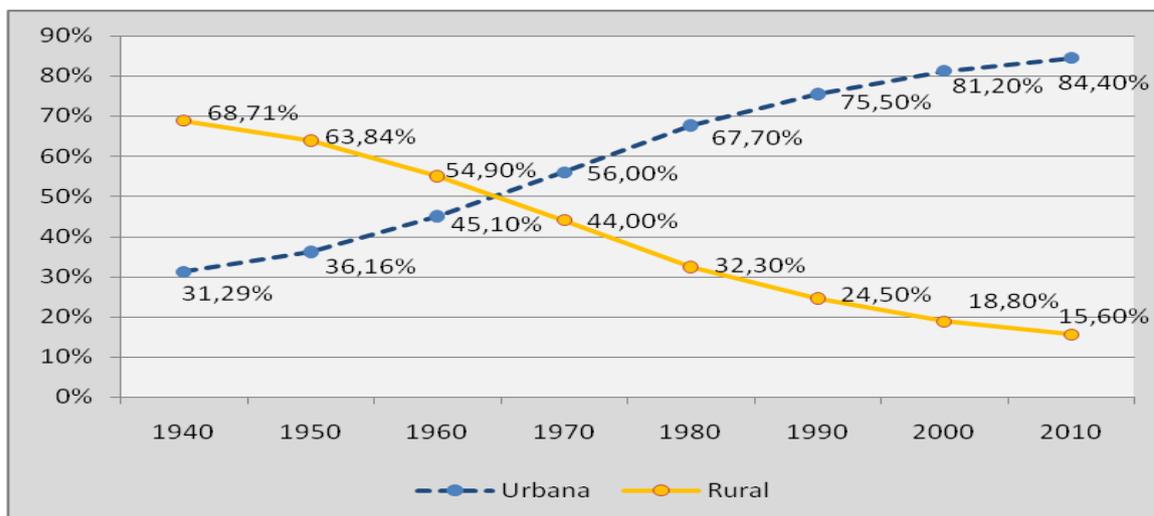
### **1. ESPAÇO AGRÁRIO E INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

O Brasil manteve-se, essencialmente, como um país agrário-exportador até os anos 1930, pelo menos – o que se refletia inclusive na distribuição do poder, concentrado nas oligarquias. Mas mudanças importantes já estavam em processo. Desde o final do século XIX o Brasil iniciava um processo de industrialização, que se intensificou na década de 1930 e que foi definido por Mello (1998) como industrialização restringida, porque se concentrava na produção de bens de consumo imediato, não atingindo a indústria pesada, produtora de meios de produção (bens de capital). Apesar disso, este movimento foi muito intenso e apoiado pelo Estado brasileiro sob os dois governos Vargas, conformando o processo de industrialização por substituição de importações e o próprio Estado desenvolvimentista.<sup>3</sup>

A industrialização nacional, fortemente intensificada a partir dos anos 1930, foi acompanhada do intenso processo de urbanização nacional, com significativo crescimento populacional urbano, fosse por conta de um crescimento vegetativo, fosse pelo expressivo êxodo rural.

---

<sup>3</sup> Segundo Draibe (1985), o Estado brasileiro conformou um projeto para o futuro, extrapolando o estreito horizonte imediato das classes sociais de então. Além da economia, regulou relações sociais e se manifestou como executivo forte e aparelho burocrático-administrativo complexo e moderno - regulando relações econômicas de classe e materializando em sua estrutura burocrático-institucional este conflito.



**Gráfico: evolução proporcional da população rural e urbana no Brasil, 1940-2000**

**Fonte:** IBGE – Censos Demográficos. Elaboração dos autores.

Já em processo de urbanização, em 1940 quase 70% dos brasileiros ainda estavam no campo. A transição demográfica rural-urbana brasileira ocorre durante os anos 1960, de modo que em 1970 a população urbana totalizava 52.904.744 pessoas (56% do total), contra 41.603.839 (44% restantes) habitantes da zona rural. Mas chama atenção que nas regiões e estados onde a industrialização era mais acelerada a urbanização também ocorria mais rapidamente. Em 1960 a região Sudeste já contava com 57,4% residindo nas áreas urbanas, contra 35,5% do Norte do país. São Paulo concentrava este percentual em 62,8% e o Rio de Janeiro 79%.

Na segunda metade da década de 1950, durante o governo Juscelino Kubitschek, inicia-se um novo momento da industrialização nacional, com a tentativa de implantação do departamento produtor de meios de produção, particularmente a indústria pesada, produtora de matérias-primas elaboradas (aço, por exemplo), energia, petróleo, máquinas e química, entre outros (MELLO, 1998; LAFER, 2002). A intenção não se efetivou na integridade, mas representou um avanço importante no desenvolvimento da economia nacional, entre os quais a formação do setor produtor de bens de consumo duráveis, cujos exemplos destacados são os eletrodomésticos e os automóveis.

A industrialização brasileira significou não apenas o estabelecimento da hegemonia da burguesia industrial, mas, especificamente, da burguesia industrial do Sudeste. Quando um setor do capital se desenvolveu, estabelecendo sua hegemonia sobre outras regiões, impôs-se a necessidade de integrar territorialmente o país, o que Oliveira (1978) chamou de divisão regional do trabalho nacional, constituindo uma economia nacional regionalmente localizada

(OLIVEIRA E REICHSTUL, 1980). Desta forma, a integração nacional foi um momento da nacionalização do capital.<sup>4</sup>

Junto à industrialização ocorre a centralização de poder no Executivo federal e na burguesia industrial. Apesar disso, não se processou uma ruptura completa com os “pólos oligárquicos”. O Estado Novo (1937) representou a consolidação da burguesia no poder, mas em associação aos latifundiários e velhos grupos comerciais. Igualmente pensa Francisco de Oliveira (1988) que afirma que na revolução burguesa brasileira a substituição dos proprietários rurais no poder pela burguesia industrial (a qual buscava sustentação nos trabalhadores) não exigiu uma ruptura total do sistema, se conformando um pacto estrutural entre as classes que sequer excluiu totalmente os proprietários rurais da estrutura de poder ou dos ganhos do desenvolvimento capitalista, possibilitando inclusive a reprodução de relações não-capitalistas na agricultura.

A economia agroexportadora deixou de impor sua dinâmica e forma de reprodução ao conjunto da economia, mas esta subordinação foi suficientemente elástica para garantir a reprodução da burguesia agroexportadora – entre outras coisas porque se necessitava das divisas deste setor para a importação de bens necessários à produção industrial (OLIVEIRA, 1978).

Há uma complementaridade entre a burguesia industrial e a burguesia agroexportadora expressa de diversas formas:<sup>5</sup> geração de excedentes e divisas cambiais pelo setor agroexportador e drenados para a indústria (via setor bancário, por exemplo). Outra forma era quando a renda do setor agroexportador caía e a indústria o abastecia com os bens de consumo de que não estava conseguindo importar. Porém, esta complementaridade não está isenta de contradições. Em alguns momentos esteve fortemente abalada, pois com a industrialização a burguesia industrial tendeu à autonomia e a choques com a oligarquia. Para Marini (2000) e Oliveira (1988) estas contradições podem ser encontradas nos governos, e nas suas crises, de Vargas (1951-1954), Quadros (1961) e no período presidencialista de Goulart (1963-1964).

O acelerado processo de industrialização ocorria em meio a contradições. A Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), cujo um dos expoentes foi Celso Furtado, defendia a industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento dos países

---

<sup>4</sup> Com a industrialização novas exigências se impõem ao Estado brasileiro. Para além de políticas setoriais, tinha-se agora que garantir a própria reprodução ampliada de capital. Até então a máquina burocrático-institucional vivia entre tradicionalismo-clientelismo e modernização. Agora as exigências da modernização ficavam mais acentuadas: a urbanização levava a população a exigir serviços e mais participação política; a ampliação da produção exigia investimentos significativamente maiores e o mercado de trabalho se tornava mais complexo, etc.

<sup>5</sup> Complementaridade que ajuda a entender as dificuldades de realização da reforma agrária no país.

latinoamericanos. Em termos práticos, a industrialização era tomada como sinônimo de progresso, de desenvolvimento. Os indicadores econômicos cresceram bastante, mas as contradições sociais também, entre as quais a concentração de renda. Esta constatação levou a Cepal a defender reformas, entre as quais a reforma agrária.<sup>6</sup>

A modernização da economia nacional não atingia por igual todas as regiões e setores econômicos. A agricultura ficava para trás e mantinha uma estrutura da propriedade muito concentradora, o que gerava conflitos crescentes, produzindo movimentos sociais que defendiam a luta dos pequenos produtores/trabalhadores rurais. A estrutura concentrada da propriedade, o grau de exploração da força de trabalho e os conflitos instigam o debate sobre a reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas e de sindicatos de trabalhadores rurais. Em 1954 foi criada a primeira das ligas camponesas, em Pernambuco (legalizada em 1955). Elas logo se estenderam até Minas Gerais. Em 1961 mais de mil dirigentes de trabalhadores participaram do Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em Belo Horizonte.

As contradições tanto da estrutura de poder quanto da necessidade de prosseguir com a industrialização pesada e a própria acumulação ampliada do capital, frente às novas limitações que surgiam, redundaram na crise da chamada “república populista” e no golpe militar de 1964, prontamente legitimado pelo governo estadunidense. Para Cardoso (1993), o processo de acumulação precisava desarticular os instrumentos de pressão e defesa das classes populares, coisa que foi cumprida de imediato pelo golpe através dos instrumentos de repressão.

Cardoso (1975) afirma que o golpe de 1964 baseou-se em setores tradicionais da classe média e em agrolatifundistas, mas estes foram paulatinamente sendo afastados do centro do poder, ganhando espaço os setores modernos.<sup>7</sup> Dreifuss (1981), um tanto quanto diferente, nomeia os diversos setores e pessoas articuladoras do golpe, deixando clara a presença de representantes de setores industriais e bancários. Já Marini (2000) lembra que apesar da intenção do governo em estimular a indústria de bens intermediários, de consumo duráveis e de equipamentos, com o golpe se ratificou (ou se recompôs) o compromisso de 1937 (aliança) entre burguesia e oligarquia latifundiário-mercantil.

---

<sup>6</sup> A defesa da reforma agrária se sustentava, entre outros, no diagnóstico de que o setor era atrasado, impondo dificuldades à industrialização e ao crescimento econômico do país. Esta análise esteve inclusive no governo João Goulart e em setores componentes do primeiro governo militar inaugurado em 1964.

<sup>7</sup> Com o novo regime (1964), ainda segundo Cardoso (1993), o eixo hegemônico do sistema de poder e a base dinâmica da economia foram modificados, ganhando destaque particularmente os setores ligados ou diretamente representantes do capitalismo internacional. Também se destacaram os militares e a tecnocracia. Perderam poder os representantes das classes que sustentavam o antigo regime, a burocracia tradicional e os setores agrários tradicionais que não conseguiram se adequar às mudanças em curso. Além disso, o dinamismo econômico que se abriria criaria perspectivas de incorporação dos estratos da classe média mais modernos e próximos da burguesia.

## 2. ESTRUTURA AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Com a ditadura militar, o Governo Castelo Branco lança o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) que mantém o diagnóstico sobre agricultura como um setor retardatário e de baixa produtividade, responsável por contínuas crises de abastecimento. Tal qual no diagnóstico anterior, a incapacidade de modernização da agricultura comprometia as possibilidades de crescimento da economia como um todo. A possibilidade de alguma reforma agrária, presente em alguns setores governamentais, foi paulatina e rapidamente descartada a favor da incorporação tecnológica como forma de superação do atraso.

Os governos da ditadura militar, a partir de créditos subsidiados e outros mecanismos, impulsionaram a modernização da agricultura brasileira, mas ela se processou de modo conservador: modernizaram as bases técnicas, mas mantiveram a estrutura conservadora da propriedade, tendo como resultado, entre outros, concentração de renda, êxodo e pobreza.

A alteração da base técnica da agricultura, associada e articulada à indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, à indústria processadora de produtos naturais, levou à conformação do que alguns definiram como complexo agroindustrial (CAI) e outros como industrialização da agricultura. Foi um processo de integração e dependência da agricultura em relação à indústria. Por isso ela se tornou dependente, num dos lados, da indústria fornecedora de máquinas e insumos e, do outro lado, da indústria processadora dos produtos agrícolas. A partir de então, não se pode mais analisar a agricultura por ela somente (autônoma em si), desvinculada da indústria. Para Fabrini (2008), a transformação da base técnica da produção agropecuária marca a passagem de uma agricultura dependente das condições naturais para a agricultura industrializada, cada vez mais dependente da indústria (FABRINI, 2008) - acrescentamos nós: mais vinculada e dependente do capital financeiro-industrial monopolista nacional e estrangeiro.

Na segunda metade da década de 1970 a agricultura consolidou um padrão de modernização e inserção internacional apoiado na expansão do crédito subsidiado à obtenção de insumos modernos que tinham sua oferta ampliada e internalizada no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Apesar da permanência de muitas contradições, a modernização da agricultura brasileira demonstrou que ela poderia ser inovada tecnicamente, aumentando sua produtividade, se incorporando aos circuitos do capital financeiro-produtivo, sem que necessariamente tivesse que antecipadamente ocorrer uma reforma agrária de fato. Ainda que com alguns pontos de

tensão, isso acabou reforçando os laços entre setores dominantes urbanos e agrários, muitas vezes constituídos como um mesmo proprietário.

A modernização de que falamos pode ser analisada também a partir do processo que Milton Santos (2005) denomina de meio técnico-científico-informacional, onde ciência e tecnologia ganham maior presença na organização do espaço – neste caso, mesmo na agricultura/campo brasileiro.<sup>8</sup>

Mas os anos 1970 foram marcados pelo fim do milagre econômico brasileiro, crise internacional e crise da economia nacional, com crescente endividamento externo (trazendo consigo enormes dificuldades ao país para acumular divisas internacionais para saldar seus compromissos externos – chamado de estrangulamento cambial). O II PND é um reflexo destes elementos e da opção do governo militar de enfrentar a crise com a tentativa de completar a industrialização pesada do país – uma das razões explicativas da decisão de implantar os grandes projetos energético-minerais na Amazônia.

O governo federal passou a apoiar os setores exportadores, entre os quais a agricultura – ainda que esta não fosse prioritária ela soube aproveitar as brechas da política estatal de incentivos para acessar o mercado internacional, o que era um elemento a mais de estímulo à industrialização e modernização do setor. Para isso, contribuiu a subida dos preços agrícolas no mercado internacional.

Na efetivação da modernização o Estado desempenhou papel de destaque. Fez isso através dos créditos subsidiados, incentivos fiscais, obras infraestruturais, pesquisa e desenvolvimento de novas espécies, entre outros. Analisando o complexo agroindustrial, Bernardo Sorj (In GONÇALVES NETO, 1995, p. 107-108) afirma que o Estado torna-se o “agente incentivador da produção e da produtividade, já que com suas políticas promove a modernização da agricultura, incrementando consequentemente a produção industrial do setor de insumos e de transformação de produtos agrícolas, encaminhando a acumulação, preponderantemente para o pólo industrial”. Diante da disputa de capitais urbano-industriais e agrícolas, o Estado desenvolve políticas que aprofundam o processo de acumulação (crédito subsidiado, por exemplo), “acessando o lucro médio à agricultura sem afetar a fatia dos

---

<sup>8</sup> Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e mecanização do espaço agrícola, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações. Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada [...] Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica (SANTOS, 2001, p. 88).

interesses industriais. No nível da predominância econômica e das decisões, a agricultura permanece em posição subordinada em relação ao setor não-agrário, mas garante a realização do capital. A acumulação, ainda que subordinada, ocorrerá” (GONÇALVES NETO, 1995, p. 112).

Palmeira e Leite (1998) afirmam que o lugar estratégico destinado à especulação financeira e à exportação agropecuária/agroindustrial como fonte de divisas estrangeiras no modelo de desenvolvimento da ditadura militar foi fundamental à escolha de se processar a modernização conservadora. A intervenção estatal neste processo passa, então, por três instrumentos básicos: 1) principalmente pelos créditos subsidiados, que são concentrados em um pequeno número de “grandes tomadores”; 2) incentivos fiscais às atividades agropecuárias e correlatas, principalmente na Amazônia e Nordeste; 3) A política de terras públicas com enorme transferência destas a particulares, principalmente na Amazônia Legal. Além destes elementos, outras políticas também atingiram o setor agrícola/agrário como a construção de grandes obras públicas (hidrelétricas, açudes, estradas...) que acabaram por estimular a especulação fundiária. Desta forma, a “modernização” beneficiou não apenas os latifundiários tradicionais, mas atraiu outros setores e capitais (de origens diversas) para investimentos e, principalmente, especulação, formando-se uma coalizão de interesses em torno da terra (como negócio) incrustada na própria máquina estatal. Assim, a modernização elevou o peso político tanto dos proprietários modernos como dos tradicionais.

Na medida em que a modernização da agricultura reforçava o caráter conservador e concentrador da propriedade, tensões e conflitos sociais no campo se reproduziam crescentemente, ainda que os governos militares buscassem evitá-los por meio da repressão à organização social dos trabalhadores rurais. Apesar da intenção de eliminá-los diversos movimentos sociais permaneceram no campo e outros mais surgiram. Destacamos o sindicalismo rural e, posteriormente, as reivindicações de assalariados rurais (destacadamente os bóias-frias), indígenas, seringueiros, sem-terras, entre outros.

Dada a tensão fundiária no Sul/Sudeste e no Nordeste o governo militar passou a transferir grandes levas de imigrantes (principalmente nordestinos, mas também sulistas) para a Amazônia - que seria uma “terra sem homens”, um “espaço vazio”, reestruturando profundamente o espaço regional. Esse era um dos sentidos da construção da rodovia Transamazônica nos anos 1970. Essa política logo se mostrou bastante limitada porque o projeto verdadeiro era apoiar a grande propriedade agropecuária.<sup>9</sup> Isso pode ser comprovado

---

<sup>9</sup> Neste sentido, Oliveira (2005a, p. 73) afirma “que o território capitalista na Amazônia foi estabelecido sob a lógica dos monopólios, produzindo frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira. O norte mato-

no levantamento de Martins sobre a ocupação das terras novas das zonas pioneiras do país, da qual se destaca a Amazônia:

Entre 1950 e 1960, 80,6% dessas terras foram ocupadas por estabelecimentos agrícolas que tinham no máximo 100 ha e apenas 15,4% o foram por estabelecimentos com mais de 100 ha. Entre 1960 e 1970, quando já tinha vigência o Estatuto da Terra e já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 35,3% dessa terra foram incorporados por estabelecimentos com menos de 100 ha e 64,7% por estabelecimentos com mais de 100 ha. Finalmente, em 1975, apenas 0,2% das terras novas foram para estabelecimentos com menos de 100 ha, enquanto que 99,8% foram para estabelecimentos com mais de ha (sendo que 75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 ha) (MARTINS, 1995, p. 97).

Além de não eliminar os conflitos em suas regiões de origem, essa ação ainda reproduziu estes tensionamentos na Amazônia, pois antigos pequenos proprietários locais e posseiros imigrantes passavam a enfrentar o grande proprietário local ou oriundo de outras regiões (MARQUES, 2007; MARTINS, 1995).

O suposto “espaço vazio” mostrou-se ser um espaço do conflito – justamente porque, concordando com Milton Santos (1980), ele é uma construção social e neste caso as políticas adotadas levaram ao agravamento do tensionamento entre os diversos segmentos sociais que se assentavam no espaço amazônico.

A figura do posseiro se destaca no caso brasileiro e, particularmente, amazônico, porque, ao mesmo tempo em que foi funcional à expansão do capital sobre novos territórios (pois era quem primeiro chegava e abria novas áreas de terra sobre florestas e outros ecossistemas), também era um elemento de tensionamento contra este próprio capital, que o buscava expulsar justamente para garantir sua expansão.

O posseiro, entretanto, é produto das próprias contradições do capital. A funcionalidade de sua existência se desenvolve porque está inserida por relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos cálculos do capitalista. A mesma sociedade que dele se beneficia o quer destruir. A expansão do capital se faz preferencialmente sobre terras ocupadas por posseiros, através da expropriação e da expulsão. A presença do posseiro nesta sociedade compromete um de seus requisitos fundamentais, que é o da propriedade capitalista (MARTINS, 1995, p. 116).

As transformações que se processavam na sociedade e na agropecuária brasileira provocavam outras consequências. Ocorreu uma violenta migração rural para as cidades (provocada por vários fatores) e uma reformulação da mão-de-obra restante no interior das propriedades com eliminação de algumas formas até então presentes e expansão do trabalho

---

grossense é exemplo dessa diferença histórica. Cada parte daquela imensa região teve ou ainda tem ‘dono’: Sinop é de Ênio Pipino; alta Floresta, de Ariosto da Riva; Matupá, dos Ometto; Juará, de Zé Paraná, etc.”

assalariado. Diante deste quadro, Gonçalves Neto (1996, p. 109) conclui que “restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos”. Estas rápidas transformações redundaram em fortes e diversos conflitos, sejam no campo, sejam nas cidades.

Refletindo sobre o êxodo rural em meio à modernização da agricultura, Palmeira e Leite (1998) afirmam que o que há de novo neste êxodo é menos o despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção (pois em certo sentido já o haviam sido expropriados), mas sim de sua expropriação de relações sociais por eles vividas. Diferente do passado, o trabalhador expulso de uma propriedade, grosso modo, não consegue em outra propriedade reproduzir as relações que mantinha na anterior. Este processo, não significa, necessariamente, a proletarianização deste trabalhador.

Ariovaldo de Oliveira não nega a existência desse processo que expulsa o trabalhador do campo, mas problematiza esta análise de modo a compreender que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro também cria elementos que permitem reprodução de formas de trabalho camponês no país. Segundo este autor, o campo brasileiro, sob a lógica capitalista de produção, industrializou-se, mas contraditoriamente houve a expansão da agricultura camponesa. Assim, o

capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela agricultura camponesa [...]. Portanto, o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos (OLIVEIRA, 2005b, p. 76, 80-81).<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Ainda segundo Oliveira, uma forte característica da estrutura agrária brasileira no século XX foi a expansão de relações não-capitalistas de produção, como é o caso do aumento do número de posseiros entre 1970 e 1985 (mais de 30%), de modo que se presencia no campo brasileiro o aumento do trabalho assalariado (em propriedades com mais de 1.000 ha) e do trabalho familiar camponês (em propriedades com menos de 100 ha). Ocorre, então, um processo de crescimento, ao mesmo tempo, da área ocupada pelo latifúndio e da ocupada pelos camponeses. Por outro lado, Martins (1995, p. 98) constata que “em 1950, 80,8% dos estabelecimentos rurais do país eram de proprietários de terras e 19,2% eram de não-proprietários (arrendatários, parceiros e posseiros); em 1975, os estabelecimentos de proprietários haviam sido reduzidos a 61,9% do total e os de não-proprietários haviam subido para 38,1%. [...] Essas alterações estão profundamente influenciadas pelo crescimento do número de posseiros, agricultores sem título de propriedade que ocupam terras devolutas ou aparentemente sem donos e que, sobretudo na década de 70, deslocaram-se para a região amazônica e do Centro-Oeste”.

A crise econômica nacional iniciada nos anos 1970 foi fortemente intensificada nos anos 1980 e se transformou em crise do próprio Estado desenvolvimentista. A capacidade de investimento foi afetada. Ocorreu redução dos investimentos e subsídios governamentais, mas o setor agrícola conseguiu desenvolver mecanismos de acesso ao crédito razoavelmente facilitado. Ademais, as desvalorizações cambiais estimulavam o setor exportador, incluindo o agrícola.

Mesmo com os problemas, na década de 1980, com exceção das safras agrícolas de 1982/83 e 1985/86, que enfrentaram fortes adversidades climáticas, o PIB agropecuário ainda apresentou desempenho melhor que na década anterior. E isto ocorreu em meio à brutal restrição dos volumes de crédito, como também do crescimento de seus encargos financeiros. Como o índice relativo à área colhida nos mostra que a expansão territorial foi pequena, a explicação para o bom desempenho da produção agropecuária deve ser buscada na evolução dos rendimentos físicos (produtividade da terra<sup>11</sup>) (SILVA, 1996).

Apesar do desempenho altamente favorável do setor agropecuário, Graziano da Silva (1996, p. 129-130) constatou que a participação agropecuária no PIB total decresceu significativamente durante a década de 1980<sup>12</sup>. Assim, “não se trata, portanto, de uma reedição de um ‘modelo de crescimento assentado no setor agrícola’, como poderiam pensar alguns saudosistas, mas da abertura para o exterior de uma agricultura que se industrializa, ou melhor, dos complexos agroindustriais brasileiros”. Os produtos (primários e industrializados) do setor agropecuário representavam, no início dos anos 1970, cerca de 75% do valor das exportações brasileiras. Este valor foi reduzido à cerca de 45% no início da década de 1980. Ao final desta, esta participação era de próxima a 30%. As próprias exportações caíram de pouco mais de 20% na primeira metade dos anos 1980 para algo entre 15% e 18% na segunda parte desta década. Esta situação teria sido produto da desvalorização das commodities tradicionais no mercado internacional.

O crescimento da produção agrícola nacional presente nos anos 1970-1980 foi bastante diferente entre as regiões. Mesmo a modernização tendo atingido as regiões mais “atrasadas”, como Norte e Nordeste, a “produção agrícola relevante” concentrou-se ainda mais no Sul-Sudeste do país, consolidando os desequilíbrios presentes no setor agrário brasileiro.<sup>13</sup> Assim,

---

<sup>11</sup> Não entender isso como simples qualidades do solo, mas principalmente como e com que se explora a terra.

<sup>12</sup> A relação entre PIB agropecuário e PIB total mantida em torno de 10% até 1986, cai para menos de 7% ao final desta década.

<sup>13</sup> O desenvolvimento capitalista ocorre de forma desigual e contraditória. “é fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista”. Os dados sobre o uso desigual de máquinas e fertilizantes pelas diversas propriedades mostram que a modernização da agricultura brasileira não se generalizou por todo o campo do país. “Esses dados não revelam a generalização sumária do progresso técnico por todo o campo, mas, sim, sua concentração, quer espacial, quer setorial. Como podemos observar, então, a concentração da propriedade da terra no fundo se reflete na estrutura do consumo

a modernização da agricultura-agropecuária brasileira ficou concentrada principalmente em poucas regiões, mas isso não significa que outras regiões estivessem inertes. A Amazônia e, em destaque, o Centro-Oeste já recebiam grandes novos proprietários, onde parte desses não estava interessada simplesmente em especular em torno da terra, mas de encontrar a terra para expandir seus negócios agrícolas-agropecuários. Era o caso, por exemplo, dos produtores de soja que migravam do Sul em busca de maiores extensões de terra para aumentar a produção.

Do ponto de vista social, constatamos que o processo de modernização da agricultura, incluindo a década de 1980, concentrou a renda no espaço rural, aumentando a proporção de pobres - tornando estes relativamente mais pobres ainda. Isso produziu maiores tensões no campo e pressão pela realização da reforma agrária. Funda-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos de trabalhadores no campo. Os proprietários também se organizaram mais ainda, criando a União Democrática Ruralista (UDR), reprimindo trabalhadores no campo, pressionando governos, fazendo ações nas cidades e elegendo parlamentares. A possibilidade de “democratização” da propriedade, alimentada em torno do Programa Nacional de Reforma Agrária, fracassou, levando o Governo Sarney a inflar os dados para esconder seu desempenho negativo. Estas disputas estiveram presentes também nos debates da Constituinte de 1988, tendo como resultado a aprovação de uma legislação muito aquém da necessidade de realização da reforma agrária. Desta forma, a modernização (e as políticas adotadas) reforçou seu caráter excludente e conservador.

A crise econômica nacional e a hegemonia do neoliberalismo no cenário latinoamericano levaram o governo brasileiro a adotar políticas de reforma do Estado (procurando conformar o que chamavam de Estado mínimo) e maior abertura da economia ao capital internacional – o que em alguns casos significou desnacionalização de indústrias locais. Para combater a inflação o governo abandonou as políticas desenvolvimentistas (planejamento de médio e longo prazos) em função da busca da estabilidade da moeda (curto prazo).

Leite (2001, p. 89-90) pontua algumas observações deste período. (1) A ação governamental se deslocou da oferta de crédito ao financiamento para a comercialização e aquisição de produtos. Em determinado momento houve recuo governamental na formação de estoques e comprometimento da eficiência da política de preços. Observa-se ainda a submissão da política de financiamento agrícola às políticas macroeconômicas (cambial e monetária principalmente); 2) emergem e se intensificam relações intersetoriais entre agricultura e indústria, consolidando um novo padrão agrícola/agrário, de modo que a perda

---

produtivo, e os dados médios do país estão longe de indicar disseminação generalizada desse consumo produtivo” (OLIVERIA, 2005b, p. 77 e 79).

de importância da política de crédito rural “pode ter sido compensada pelo financiamento agroindustrial, impactando diretamente a organização política dos produtores deste novo ‘macro-setor’”; 3) surgimento de novos instrumentos de financiamento agropecuário, principalmente relacionados a lançamentos de títulos e obtenção de recursos por meio de bolsa. Estes elementos contribuem para o estreitamento da atividade rural à crônica instabilidade financeira.

A maior abertura da economia nacional e os mecanismos de estímulo à produção agropecuária, contando, inclusive, com crédito estatal, possibilitaram o aumento da presença do capital estrangeiro na agricultura brasileira: Bunge, Cargill, ADM, entre outras multinacionais expandiram suas participações no setor. Junto a isso, houve, e permanentemente continua ocorrendo, forte incorporação de capital e tecnologia em culturas destinadas ao mercado internacional e à produção agrícola destinada não à produção de alimentos, mas de matérias-primas. Desenvolve-se, então, uma agricultura altamente mecanizada, usuária de pacotes tecnológicos modernos, produção em larga escala, maior concentração de capital (além da incorporação do capital financeiro), parcela significativa destina-se à exportação, etc. Há, então, aumento da composição orgânica de capital.<sup>14</sup> Como resultado imediato tem-se o aumento de produtividade. Isso conformou o que se chama de agronegócio, que paulatinamente ganha mais importância do cenário nacional.

Com o agronegócio aprofunda-se a integração entre agricultura, indústria, bancos e complexos de comercialização. A financeirização, fenômeno muito forte na economia contemporânea, também se estende ao capital presente na agropecuária. Assim, a relação entre agricultura e capital industrial/agrícola e financeiro é intensificada tendo como um dos resultados mais visíveis a internacionalização dos destinos da produção, ou seja, produz-se de olho no mercado externo - ou no mercado interno quando este se mostrar mais rentável.

Há também maior subordinação de outros setores (como é o caso de parte da agricultura familiar) ao capital. Mas isso não significa que a agricultura familiar tenha se tornado agronegócio, como o querem fazer crer determinados discursos. Ainda que alguns pequenos agricultores consigam colocar parte de sua produção no mercado internacional, isso não é a regra nem tampouco há uma integração de capital como se vê na grande produção. Grosso modo, estes produtores ou estão produzindo para mercados locais (incluindo a autosubsistência) ou estão subordinados aos esquemas de reprodução de grandes capitais, que se alimentam desta relação garantindo sua reprodução em escala ampliada. Assim,

---

<sup>14</sup> Aumento do capital constante (máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas, etc.) em relação ao capital variável (aquele que compra a mercadoria força de trabalho).

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte de seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2005b, p. 80).

A política recessiva do governo Fernando Henrique Cardoso impunha dificuldades à economia brasileira. A busca de mercados estrangeiros para realizar mercadorias produzidas no país e obter saldos na balança comercial encontrou na agricultura/agropecuária um dos setores que melhor poderiam dar respostas de imediato. Com isso, esses produtores receberam incentivos para acessar mais intensamente o mercado internacional, ainda que grande parte desta produção seja feita justamente por capitais multinacionais – ou a eles associados. Gado, aves, soja e biocombustíveis são exemplos do que estamos afirmando.

A política adotada nos anos 1990 não apenas se manteve como vem sendo aprofundada nos governos do início do novo século. Citamos como exemplo o apoio do BNDES aos grandes frigoríficos nacionais para que se expandam internacionalmente, comprando plantas em outros países, cujo objetivo é colocar e manter o Brasil na liderança mundial do comércio de carnes. Em 2009 de toda a linha de crédito industrial do banco, metade foi destinada aos grandes frigoríficos. Isso de destina também a estimular a aquisição e fusão de empresas que já atuam no mercado brasileiro, promovendo a acumulação/concentração de capital no geral e a sua centralização em particular. Sadia e Perdigão se fundiram apoiados pelo governo brasileiro para conformar uma das maiores processadoras e comerciantes de aves (e outros produtos) do mundo. Em junho de 2013 o grupo JBS comprou a Seara e Zenda do grupo Mafrig por 5,85 bilhões de reais. A Seara, por sua vez, já havia sido adquirida anteriormente pelo Mafrig da Cargill no processo de aquisição de várias plantas para sua expansão. Muito grande e agressivo no mercado bovino, o JBS, com esta aquisição, espera se tornar o líder mundial no comércio de aves, tendo uma capacidade diária de abate de 12 milhões de aves. O BNDES, acionista do JBS e de outros frigoríficos, detém 19,6% do capital da Mafrig (2013). Na medida em que se torna proprietário, consolida-se uma permanente linha de crédito especial para estes empreendimentos.

Ocorrem, então, mudanças espaciais (uma reordenação territorial) na agricultura/agropecuária brasileira. O aumento da produção e da área cultivada para o

mercado internacional e para a conformação de matérias-primas levou à migração de algumas culturas do Sul/Sudeste para outras regiões. Isso aconteceu, por exemplo, com o aumento da área cultivada de cana-de-açúcar em São Paulo, avançando sobre áreas até então destinadas a outros produtos. Centro-Oeste e Amazônia têm abrigado novos produtores de grãos (soja, por exemplo) e gado, que se somam aos já presentes – além da forte expansão do cultivo de dendê no Pará para produzir biodiesel.

Segundo Oliveira (2005a, p. 140), foram criados cinquenta novos municípios no Mato Grosso na última década do século XX. Toda a estrutura territorial do Estado está sofrendo ações de processos diferenciados. A expansão da soja no cerrado é o elemento mais econômico dinâmico na atualidade” – ao qual acrescentamos o gado e outros grãos.

Para Júlia Adão Bernardes (2008), as mudanças em curso relacionam-se com a acumulação de capital, impactando o espaço (com novas hierarquias entre capitais e lugares) e abrindo a possibilidade de uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil.

A nova concentração do capital nas novas cadeias produtivas resulta no processo de concentração e centralização do capital, o que implica em substanciais níveis de investimentos, centralizando-se a economia em menor número de empresas, levando ao aumento do monopólio. Além da alteração do desenho espacial da produção, antes distribuída grosso modo em linha, ao longo dos grandes eixos de escoamento, há também agora as ilhas de produção, levando as novas proporções do capital à instauração de novas relações entre empresas e de interações entre lugares, estabelecendo-se novas hierarquias entre os distintos capitais e lugares. As alterações nos espaços produtivos acarretam alterações na esfera de circulação, o que faz emergir um espaço organizado totalmente em rede, diluindo-se a rigidez das fronteiras entre os municípios, possibilitando a fluidez e maior mobilidade do capital” (BERNADES, 2008, p. 259).<sup>15</sup>

A reordenação territorial provoca alterações na relação campo-cidade.

O processo contraditório e desigual do desenvolvimento da agricultura, sobretudo pela via da industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade em que a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária, e outros de um lado, a indústria, o comércio, etc. do outro) vai sendo soldada pela presença na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo (OLIVEIRA, 2005b, p. 103-104).

A oposição campo-cidade fica mais complexa de ser identificada em fronteiras claras como anteriormente. Santos (2009, p. 74-75), apesar de destacar o termo agrícola sobre o

---

<sup>15</sup> Simultaneamente à produção dos modernos espaços das cadeias produtivas reformulam-se os espaços urbanos, que passam por novas funções, associadas à gestão das novas necessidades da produção, da comercialização e da circulação, assim como dos sistemas de comunicação e fluxos de informações que possibilitam a redução do tempo e redefinem a espacialidade dos circuitos de produção. Esses espaços urbanos já nasceram sob o signo do controle e da apropriação privada dos espaços públicos, no contexto dos processos de colonização privada. Isso significa a produção estratégica da escassez do solo urbano, uma vez que as referidas colonizadoras continuam retendo e controlando o estoque de terras rurais e urbanas” (BERNADES, 2008, p. 263).

rural, também ressalta este processo. As regiões agrícolas contém cidades e as regiões urbanas contém atividades rurais. “Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas a demandas urbanas. [...] Não mais se trata de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural”.

O avanço do grande capital na produção agropecuária brasileira gera mais pressões sobre o meio ambiente e sobre a legislação ambiental nacional, buscando formas de flexibilizá-la de modo a garantir maior acumulação no campo. Todo o debate sobre a reforma do Código Florestal Brasileiro, muito tensionada no Congresso Nacional em 2011 a 2013 é um exemplo disso.

Indústria e agricultura estão mais integradas, entre outros motivos porque o capitalista também se tornou proprietário de terra<sup>16</sup> e desenvolve mecanismo de sujeição da agricultura familiar, que, em certos casos, produzem exclusivamente para indústria. Na produção de álcool, por exemplo, capitalista industrial, proprietário de terra e capitalista agrícola são a mesma pessoa, explorando o bóia-fria assalariado da cidade. Já no caso da indústria de fumo, o capitalista industrial subjuga o produtor direto (trabalhador e proprietário de terra) que lhe produz a matéria-prima.

O que esses processos contraditórios de desenvolvimento do capitalismo no campo revelam é que, no primeiro caso, o capital territorializa-se. Trata-se, portanto do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital monopolista (OLIVEIRA, 2005b, p. 105-106).

No primeiro caso, o camponês é expulso para a cidade, ainda que para ser bóia-fria. Instala-se o processo especificamente capitalista, com reprodução ampliada e com o capitalista-latifundiário se apropriando do lucro industrial, agrícola e da renda da terra. Instala-se a grande monocultura.

No segundo caso, o capital, monopolizando o território, cria e redefine as relações de produção familiar, possibilitando com que ela se desenvolva, assim como o “campesinato” como classe social. O capital cria, então, condições para que a produção familiar produza matérias-primas para a indústria ou consuma os produtos industriais no campo (ração, por exemplo). Esse processo demonstra “que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica”, transformando a renda da terra em capital. Assim, se apresenta o

---

<sup>16</sup> No caso brasileiro essa relação já vem de longa data.

processo de produção de capital, que “nunca é produzido por relações tipicamente capitalista” (OLIVEIRA, 2005b, p. 106).<sup>17</sup>

Assim, como ocorrera anteriormente, as mudanças em curso não acontecem sem contradições: manutenção da estrutura concentradora da propriedade, dos conflitos fundiários e trabalhistas, formas de trabalho degradante (próximos à escravidão), poluição de solo e água e avanço da grande produção/propriedade sobre o cerrado e a Amazônia. Alentejano (2008) afirma que as transformações com a modernização da agricultura produziram mudanças no padrão e localização da violência no campo brasileiro. De 1985 a meados da década de 1990 predomina a violência privada e localizada na Amazônia (com o Pará liderando). O pico dos conflitos foi registrado em 1987, ano do Plano Nacional de Reforma Agrária. A partir de meados dos anos 1990 ocorre o crescimento dos movimentos sociais no campo e das ocupações de terra. Como resultado, há um maior número de despejos judiciais conduzidos pelo Estado. A violência é predominantemente estatal. A ação organizada dos movimentos sociais rurais freia a ação violenta dos proprietários, mas o Estado passa a desempenhar a ação repressiva contra a luta pela terra. O Estado consolida a função de proteger a grande propriedade para o agronegócio.

O crescimento das ocupações de terra, que atinge seu recorde em 1998, bem como o de despejos, cujo patamar mais elevado ocorre em 2004, revelam esse novo padrão dos conflitos no campo brasileiro, onde a ação organizada dos movimentos sociais rurais freia a ação violenta dos proprietários de terra, ao passo que o Estado passa a desempenhar papel cada vez mais ativo na repressão às lutas pela terra [...] O cruzamento de dados sobre ocupações e despejos evidencia a intrínseca associação entre Estado e agronegócio na defesa do monopólio da propriedade da terra no Brasil, uma vez que é nos estados onde o agronegócio está mais fortemente presente que se concentram os maiores índices de despejos (ALENTEJANO, 2008, p. 245 e 249).

Do ponto de vista das ocupações (de terra), estas concentraram-se no Centro-Sul (49%), seguido pelo Nordeste e Amazônia, mas a política de assentamento nos governos FHC e Lula seguiram outra distribuição espacial, pois se priorizou as áreas de fronteira: Norte e Centro-Oeste. Guardadas as devidas diferenças, concluímos que isso se assemelha à lógica dos governos militares: diminuir a tensão nas regiões mais conflituosas abrindo novas áreas na Amazônia e Centro-Oeste.

Assim, diante das ocupações de terra no Brasil, o Estado apresenta uma dupla resposta: (1) repressão às ocupações e (2) multiplicação de assentamentos na Amazônia, “na fronteira agrícola, contribuindo para abrir ainda mais a fronteira para a expansão do agronegócio, uma

---

<sup>17</sup> A conclusão de Ariovaldo Oliveira é que a territorialização do monopólio e a monopolização do território podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo” (OLIVEIRA, 2005b, p. 107).

vez que garante mão-de-obra e novas terras ‘limpas’” (ALENTEJANO, 2008, p. 250). Deste modo, a concentração de assentamentos na Amazônia pelo governo possibilita: (1) atendimento aos interesses do agronegócio, por não desapropriar terras onde este está plenamente estabelecido, além de lhe expandir a fronteira; (2) cria mais facilidade de acesso a terra, pois nesta região as terras são mais baratas.

Afora o que até aqui foi exposto, os dados revelam que tem aumentado a importância das commodities agropecuárias e minerais na economia e na pauta da balança comercial brasileira, o que leva às críticas de que estamos diante de uma reprimarização da economia nacional, ou seja, retornando ao padrão presente até os anos 1930, pelo menos, guardadas as devidas e necessárias diferenças entre os dois períodos. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2011 do valor total exportado apenas 36,1% foram na forma de produtos manufaturados (industrializados), 14,1% como semimanufaturados e 47,8% como produtos básicos (minérios brutos e produtos agrícolas/agropecuários não industrializados).

Para o que nos interessa, por que o agronegócio no Brasil precisa do mercado externo para realizar suas mercadorias? Não apenas por conta das relações estabelecidas com o mercado e capital estrangeiro já de longa data, estimuladas pelo Estado brasileiro, mas, também, porque precisa realizar suas mercadorias a tal ponto que realize junto a renda fundiária e mais-valia extra que o setor obtém. Restrito ao mercado interno sua mais-valia extraordinária<sup>18</sup> reduziria, dada a incorporação das tecnologias mais avançadas por outros concorrentes. A taxa média de lucro se cairia. Na medida em que a mercadoria produzida no Brasil chega a mercados “menos competitivos” estabelece-se condições para manter elevada a taxa média de lucro.

### **3. TENDÊNCIAS DO CAMPO BRASILEIRO**

Sem a pretensão de esgotar o tema, apontamos a seguir tendências do campo brasileiro para os próximos anos. Algumas delas já estão presentes há muito tempo. Outras apresentam elementos novos. Em geral, estão profundamente imbricadas, de modo que uma é parte de outra, ou uma estimula ao mesmo tempo em que é estimulada por uma terceira.

I) Maior tecnificação da agricultura/agropecuária em determinadas produções, aumentando a produtividade e a composição orgânica de capital, mas também as dificuldades

---

<sup>18</sup> Mais-valia extra ou extraordinária é uma espécie de variação da mais-valia relativa, mas decorrente das inovações tecnológicas que aumentam a produtividade. Segundo Marx (1985) ela é temporária porque ocorre enquanto o capitalista que inovou se mantém nesta condição. Quando os demais incorporam esta tecnologia o diferencial deixa de existir e com ele a mais-valia extra.

a entrada competitiva no setor/mercado, na medida em que a maior incorporação tecnológica também exige maior volume de recursos para iniciar a produção em condições de concorrência. Isso, levará a maior concentração e centralização do capital, fazendo com que ocorra fusão de capitais, antes concorrentes – é o caso da fusão entre Sadia e Perdigão, já citada anteriormente.

II) Ampliação da presença do agronegócio, se estendendo para novas regiões e territórios, assim como para setores até então não atingidos. Isso não significa a eliminação da agricultura familiar (ou das desigualdades regionais), mas sua subordinação sempre que se fizer necessária.

III) Diretamente vinculada às duas primeiras tendências e decorrente seja da modernização presente desde os anos 1970, seja em função especificamente do agronegócio, cresce a importância e participação de multinacionais (e do capital financeiro) no campo brasileiro. ADM, JBS, Monsanto, etc. devem não apenas buscar ampliar sua presença como enfrentar a concorrência de outras mais. O esmagamento da soja do Mato Grosso (maior produtor nacional) é controlado por algumas poucas empresas, com destaque para Bunge, Cargill, ADM e Luis Dreyfuss.

IV) Aprofundamento da relação entre agricultura e o capital industrial-financeiro, assim como da financeirização na agricultura, ou seja, da presença do capital originário ou reproduzido na agricultura em circuitos financeiros nacionais ou internacionais (e vice-versa), alguns dos quais com forte presença especulativa. Diante da explosão da crise internacional em 2008 a Sadia perdeu de imediato algumas centenas de milhões de reais nos títulos que havia adquirido.

V) Política governamental de conformação de multinacionais de origem brasileira, estimuladas com recursos do BNDES, mas também outras de fontes e de pesquisas públicas e obras infraestruturais. Exemplo é o setor de frigoríficos (com destaque ao JBS). Isso inclui a concentração e centralização de capital, possível, entre outros, pela fusão de capitais – já citada.

VI) Integração de interesses diversos conduzidos pelo Estado. Na medida em que o capital presente na agropecuária deixou de ser um capital típica e limitadamente agrário tradicional, tendo sido integrado a outras formas de capital, percebe-se a interseção de interesses em diferentes escalas. Em grande medida, eles são assimilados e regulados pelo Estado – o que não quer dizer que não ocorra tensões.

A proposta governamental de construção do complexo hidrelétrico do Tapajós, na prática já iniciado, envolve interesses de vários setores: energia, indústria nacional, mineradoras e agronegócio. A construção do conjunto de hidrelétricas (que interessa à indústria instalada em

outros pontos do território nacional e, especificamente, das mineradoras instaladas na Amazônia) está sendo planejado para ao mesmo tempo transformar o rio numa imensa hidrovia. Com isso a produção de grãos do Centro-Oeste poderá ser escoada para os mercados externos pelos rios Tapajós-Amazonas, reduzindo significativamente os custos. Num plano mais geral, podemos constatar esta coincidência de interesses na Iniciativa para a Integração da Região Sulamericana (IRSA), o que inclui inúmeras obras de logística e produção energética nos países da América do Sul.

VII) Aumento da produção de produtos agrícolas como commodities e matérias-primas, e não como alimentos para o mercado consumidor interno. Exemplo é a ampliação da produção de agrocombustíveis decorrente da cana de açúcar (álcool) ou de mamona, soja e dendê (biodiesel). Atualmente o biodiesel (cuja participação na composição do diesel vem sendo legal e obrigatoriamente crescente) tem na soja sua principal matéria-prima. Não por acaso o Mato Grosso abriga diversas usinas. Apesar das dificuldades a mamona também tem importante participação no Nordeste e cresce acentuadamente a área plantada com dendê (que deve se tornar futuramente a principal matéria-prima do biodiesel) no Pará para a produção deste biocombustível. Afora a agroenergia, também encontramos muitas culturas voltadas ao mercado internacional: gado em geral, aves, suco de laranja, café, soja, etc.

VIII) Está ocorrendo no Brasil uma reorganização geográfica dos espaços rurais. Nos setores dominados pelo agronegócio há uma intensa incorporação tecnológica (maquinário, melhoramento genético, transgênicos, etc.) e assalariamento da força de trabalho. Este fenômeno é estimulado pelo Estado brasileiro através de pesquisas agropecuárias, obras infraestruturais, isenção e crédito subsidiado. Mas isso ocorre ainda com a permanência do trabalho precarizado, da subordinação do pequeno produtor, de formas de trabalho degradantes (escravo), da expulsão do pequeno produtor e indígenas, e da permanência do conflito e dos problemas ambientais - mesmo nos territórios hegemônicos pelo agronegócio. A Cargill se instalou em Santarém-PA, montando um terminal graneleiro na frente da cidade sem a análise ambiental devida. Atraiu produtores que passaram a adquirir (por meio de métodos diversos) terras em que a mata foi derrubada para o plantio da soja. Dada a repercussão negativa e a ação dos movimentos sociais, ela teve que se comprometer a somente comprar soja de áreas não decorrentes da derrubada da floresta nativa.

A reorganização espacial de que falamos inclui, ao mesmo em que é impulsionada, o deslocamento de determinadas produções para outras áreas e regiões. A pecuária desloca a área de maior concentração do rebanho para o Centro-Oeste e Amazônia – A Amazônia Legal (que inclui Mato Grosso e parte do Maranhão) já conta com o maior rebanho do país – 79.768.134, equivalente a 37,48% do total nacional em 2011. A Cadeia de carnes-grãos

estende-se do Centro-Sul para o Centro-Oeste (BR 163). Bernardes (2008) afirma que está ocorrendo e se intensificando a transferência da produção de aves e suínos do Sul do país para o Mato Grosso, concentrada na área da BR-163 matogrossense. Isso decorre do deslocamento da cadeia carne/grãos, impulsionada pela soja, que vem reorganizando o território deste estado. Esta deve se tornar a maior cadeia de carne/grãos da América Latina. Sadia está localizada em Lucas do Rio Verde (BR-163 matogrossense). Perdigão e outras empresas também já estão no Mato Grosso. Isso cria condições para uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil.

IX) Também relacionada à tendência anterior outros elementos, há maior dificuldade em definir as fronteiras entre o campo e a cidade, entre outros motivos pelo avanço do urbano sobre primeiro. O rural não é mais somente agrícola, assim como não pode ser confundido tão somente com o tradicional. Constatase, então, a ocorrência de novas ruralidades. Uma maior complementaridade entre o urbano e o rural. A assimilação de traços do urbano pelo rural, como, por exemplo, a incorporação de tecnologia, serviços e, em alguns casos, de padrões de consumo.

X) Permanência e mesmo agravamento de velhos problemas: concentração fundiária, conflitos agrários, trabalho em condições degradantes, degradação ambiental, etc. A expansão do modo de produção capitalista expresso na modernização e unificação da agricultura-indústria fez aumentar a concentração de terra e o caráter excludente da estrutura agrária brasileira, aumentando os conflitos no campo. Essa tendência, ainda que com alterações, se mantém. A violência assume a forma privada e/ou estatal. Em relação as tensões, a Amazônia Legal é o palco de maiores conflitos, com o maior número de assassinatos, assim como de trabalho degradante e derrubada florestal. Em 1996 ocorreu o caso de maior repercussão, que foi o massacre de Eldorado dos Carajás, com 19 trabalhadores sem-terra assassinados pela PM do Pará, sob a tutela do governador de então. Entre 1985 e 2005 este estado registrou 420 assassinatos no campo.

XI) Agravamento da questão ambiental. O aumento da tecnificação e da intensificação do capital na agricultura, ou seja, da expansão do agronegócio, ocorre acompanhadas da produção crescente de dejetos, tendo como resultado grandes problemas ambientais. O passivo ambiental e a degradação dos solos são alguns dos motivos estimuladores da transferência de indústrias do Sul/Sudeste (onde os danos acumulados são maiores) para novas áreas.

XII) Subordinação de parcelas importantes da agricultura familiar ao agronegócio – tema que já discorreremos longamente. Ex: produção de aves, suínos, fumo e biodiesel.

XIII) Ampliação dos movimentos sociais no campo. Fernandes (2008) os diferencia em movimentos sócio-territoriais e movimentos socioespaciais. Há inúmeros movimentos de trabalhadores rurais no Brasil, mas somente dois que conseguiram se nacionalizar: o MST e a Contag. Chamamos a atenção para o fato de que essa expansão também ocorre permeada por contradições, é o caso de alguns movimentos que mantêm relações mais próximas com os governos de “esquerda”. Eles são pressionados por uma realidade que os leva a ação, mas o enfrentamento com o governo de agora não se apresenta na mesma medida que aquele que ocorria anteriormente, entre outros motivos porque para parte da direção política destes movimentos estes governos são aliados ou estão em disputa.

XIV) Permanência das reivindicações por reforma agrária e reafirmação do campesinato, ainda que sob a nomenclatura de agricultura familiar (até porque não é necessariamente a reprodução literal de um campesinato clássico).

XV) Ampliação da pauta de reivindicações dos movimentos sociais no campo.<sup>19</sup> Além das reivindicações tradicionais por terra, crédito, assistência técnica, etc., somam-se as demandas envolvendo a questão ambiental; acesso aos recursos (água, por exemplo); soberania (segurança alimentar); questão étnico-cultural, índios, quilombolas, etc.; grandes obras infraestruturais; entre outras. Destacamos a ampliação das ações e visibilidade dos indígenas brasileiros nos primeiros anos da década atual (2010) diretamente impactados pelos megaprojetos infraestruturais e avanço do agronegócio/latifúndio, aproximando-os em alguma medida de alguns problemas sofridos pelos trabalhadores rurais – talvez isso seja uma das explicações da utilização de métodos até então fortemente identificado com os sem-terra: é o caso das ocupações de terra.

XVI) Desafio para as ciências sociais no geral e para a geografia e economia em particular: incorporar em suas análises a complexidade presente no campo brasileiro.

XVII) Há um processo em curso em que alguns pesquisadores definem como reprimarização da economia brasileira. É um tema que merece mais atenção para captar sua dinâmica de longo prazo. O fato que podemos afirmar é que, em meio a uma crise da produção industrial do país, há um crescimento da participação de produtos básicos e semi-industrializados na pauta de exportação do país.

---

<sup>19</sup> Sobre isso, Montenegro (2010, p. 29) afirma que novos temas e demandas estão sendo incorporados por estes movimentos: “a incorporação dos problemas ambientais, a estratégia de luta e resistência que representa a Soberania Alimentar, a análise dos termos e dos sujeitos através do que se expressa a conflituosidade no campo ou o sentido da política pública cristalizada em um paradigma de desenvolvimento reducionista mostram um leque possível de aspectos com os quais atualizar o debate da questão agrária, porém poderíamos prosseguir por outros caminhos: as violação dos direitos humanos (e de uma legislação que se bem a cada dia aumenta, também a cada dia se desrespeita mais) que se acirra com a militarização dos conflitos pela terra; a multiescalaridade dos problemas agrários em função dos arranjos comerciais internacionais (OMC, ALCA, tratado de livre comércio, etc.)”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo brasileiro passou por profundas mudanças desde meados da segunda metade do século XX, entre as quais a modernização da agricultura brasileira (elevando a produtividade), mas que se processou sem alterar a estrutura concentradora da propriedade – fato que produz e reproduz conflitos de ordens diversas.

A modernização da agricultura brasileira processou-se intensamente e permanece em andamento. Constata-se a expansão da agropecuária brasileira como fronteira agrícola nos anos 1970 para fronteira de commodities na atualidade.

Esse processo se aprofundou na virada do século passado para o atual, dando origem, entre outros, ao agronegócio. As mudanças em curso não apontam para a supressão da velha, mas ainda forte e permanente, dicotomia entre pequena propriedade (incluídos aqui os sem-terra) e a grande propriedade (que inclui o agronegócio). De fato, o que se observa é a reprodução, e em alguns momentos o agravamento, desta contradição.

Analisando historicamente, percebe-se que atualmente se intensifica a modernização da agropecuária brasileira, mas mantendo as mesmas fissuras de anteriormente. Ainda que aja uma integração subordinada da agricultura familiar ao grande capital, a dicotomia grande propriedade versus pequeno agricultor (em muitos casos sem terra) permanece gritante e excludente. Mantém, então, seu perfil de modernização conservadora. Não apenas isso: mesmo que recorrendo a modernas forças produtivas, a produção agropecuária dominada pelo grande capital continua a produzir matérias-primas e alimentos, em grande medida, voltada ao exterior e com baixa agregação de valor por unidade do produto, ou seja, não consegue (e não o faz também porque é lucrativo) fugir ao seu padrão histórico, reproduzindo modernamente seu passado arcaico.

Assim, inúmeras são as tendências presentes no campo brasileiro, entre as quais a intensificação da incorporação tecnológica e de capital. Infelizmente, permanecem velhas e surgem novas contradições. Entendê-las e atuar no sentido de superá-las é o desafio colocado às ciências sociais em particular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. Uma geografia dos conflitos no campo. In: OLIVEIRA, Márcio; COELHO, Maria C.; CORRÊA, Aurenice (orgs.). Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.

BAER, Mônica. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- BERNARDES, Júlia A. Crise no agronegócio: novas ações, novos tempos, novas territorialidades. In: OLIVEIRA, Márcio; COELHO, Maria C.; CORRÊA, Aurenice (orgs.). Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.
- CARDOSO, Fernando H. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando H. O modelo político brasileiro e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- DELGADO, Nelson. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. Porto Alegre, 1985.
- DELGADO, Nelson G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FABRINI, João E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí A. (orgs.). Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para uma leitura geográfica dos movimentos camponeses. In: OLIVEIRA, Márcio; COELHO, Maria C.; CORRÊA, Aurenice (orgs.). Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. Nova Economia, v. 7, n. 1. Belo Horizonte, 1997.
- \_\_\_\_\_. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1996.
- LAFER, Celso. JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- LEITE, Sérgio. Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira. Estudos sociedade e agricultura, dezembro de 1996, n. 7. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1996.
- \_\_\_\_\_. Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, Ivo. O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio (org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade/URFGS, 2001.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (org.). Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARQUES, Gilberto. Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007 (Tese de Doutorado).
- MARTINS, José de S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- MELLO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MONTENEGRO, Jorge. Os conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí A. (orgs.). Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- OLIVEIRA, Ariovaldo/COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. O campo rebelde e o Governo FHC. CPT. Conflitos no campo – 2000. Goiânia: CPT, 2001.

- OLIVEIRA, Ariovaldo. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (org.). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005a.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani (org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2005b.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, 1988.
- \_\_\_\_\_. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- \_\_\_\_\_. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco e REICCHSTUL, Henri-Phillipe. Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. COSTA, L. F. e SANTOS, R. (orgs). Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2009.